

A prática de luta armada da *Organización Popular Revolucionária – 33 Orientales* no Uruguai (1968-1972)

La práctica de la lucha armada de la *Organización Popular Revolucionária - 33 Orientales* en Uruguay (1968-1972)

Rafael Viana da Silva*

Resumo: O presente artigo pretende analisar a formação, concepção e o acionar armado da *Organización Popular Revolucionária – 33 Orientales* (OPR-33), braço armado da *Federación Anarquista Uruguaya*, que atuou principalmente em solo uruguaio e posteriormente foi transferida para a Argentina. Neste artigo, analisaremos as ações armadas da organização em solo uruguaio e sua relação com as lutas sociais e sindicais naquele país, no contexto do endurecimento do regime constitucional. Tendo como pano de fundo, a Revolução Cubana, a ação das direitas no Uruguai e a formação de uma gramática guerrilheira no país, o artigo pretende elucidar a prática da OPR-33 à partir de estudos de caso.

Palavras-chave: anarquismo, luta armada, federação anarquista uruguaia

Resumen: El presente artículo pretende analizar la formación, la concepción y la acción armada de la *Organización Popular Revolucionária - 33 Orientales* (OPR-33), brazo armado de la *Federación Anarquista Uruguaya*, que actuó principalmente en suelo uruguayo y luego fue transferida a Argentina. En este artículo, analizaremos las acciones armadas de la organización en suelo uruguayo y su relación con las luchas sociales y sindicales en ese país, en el contexto del fortalecimiento del régimen constitucional. En el contexto de la Revolución Cubana, la acción de los derechos en Uruguay y la formación de una gramática guerrillera en el país, el artículo tiene como objetivo dilucidar la práctica de OPR-33 con base en estudios de casos.

Palabras clave: anarquismo, lucha armada, federación anarquista uruguaya

* Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012), Mestre (2014) e Doutor (2018) em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com período de bolsa sanduíche na Universidad de la República (Uruguai).

Em 1959, o estourar da Revolução Cubana impactaria não apenas a orientação política dos EUA para com a América Latina, mas também afetaria as discussões internas das organizações de esquerda em todo o planeta. A vitória dos revolucionários em Cuba traria um debate sobre as melhores estratégias para se alcançar a Revolução Social e afetaria, diretamente, diversos espectros políticos da sociedade latino-americana. As condições sociais homogêneas na América Latina e os problemas em comum de seus países ecoavam problemáticas que o processo revolucionário em Cuba apontara (SADER, Emir apud WASSERMAN, 2006). A questão agrária, a dependência externa, a deterioração das condições das políticas públicas, a extensão dos regimes ditatoriais e acrescentamos o papel do terceiro-mundo que, num processo revolucionário, fazia com que a Revolução Cubana entrasse nas agendas das esquerdas em todo o continente sul-americano como um episódio fundamental.

Segundo o historiador Jean Sales, este evento “pode ser visto como um divisor de águas na história das esquerdas” (SALES, 2005, p. 2) e que colocará importantes questões para a esquerda latino-americana. O debate da revolução cubana é geralmente apresentado como tendo sua influência apenas dentro dos círculos comunistas e nacionais-populares mas, na realidade, o anarquismo neste momento também se defrontará com esta temática, que suscitará polêmicas e dissensões internas. O pesquisador Eduardo Rey, que estudou profundamente a esquerda revolucionária no Uruguai, chama atenção para a capacidade da Revolução Cubana em incentivar a “internacionalização da mobilização no continente” e o “desenvolvimento da esquerda revolucionária latino-americana” assim como de internacionalizar a repressão (TRISTÁN, 2006, p. 49).

O exemplo cubano teve uma calorosa recepção nas esquerdas dos distintos países latino-americanos. A ferramenta da luta armada chegava como uma possibilidade e crítica à tese da “coexistência pacífica” dos partidos comunistas e da “revolução por etapas”¹. O tema da luta armada e as discussões sobre o seu significado ainda hoje suscitam diferentes interpretações. É difícil caminhar por um terreno rodeado de armadilhas da memória e que sofre constantemente a intervenção de posicionamentos do tempo presente. O próprio termo já aciona um determinado sentido de modo automático no leitor, sentido este que nem sempre corresponde à

¹ A ideia da Revolução por etapas diz respeito a uma compreensão e análise de que em determinados países, a revolução social seria precedida de uma etapa democrática, onde seria necessário estabelecer uma aliança com as burguesias nacionais contra o imperialismo e o latifúndio.

complexidade das discussões que ocorriam naquele momento no interior dos agrupamentos da esquerda. Sobre o conjunto de ações que compreendiam a luta armada, como bem apontou Jean Rodrigues Sales, este “nem sempre consistiu em combates armados entre esquerdistas e militares” (SALES, 2015, p. 9). Assaltos a bancos (*expropriações*) para arrecadação de recursos, *justiçamentos* de pessoas ligadas ao regime, propaganda armada contra a ditadura e sequestro de diplomatas estrangeiros fizeram parte de uma miríade de ações que compuseram o repertório de diferentes organizações.

Luta armada, portanto, não se trata sempre de um aparato armado de uma organização, atuando como um exército guerrilheiro, ou embrião de exército guerrilheiro no campo ou na cidade. Ações menores, mas que são realizadas com o uso de *armas de fogo*, *explosivos* e outros instrumentos fazem parte desse universo da luta armada. Nem toda organização política no continente latino-americano optou pelo foco guerrilheiro rural. Assim como nem toda organização concordava com o desenvolvimento de um aparato armado que construiria um exército popular. Pequenas ações (de intimidação, de expropriação ou sabotagem) também fizeram parte deste ideário e em nossa opinião, também podem ser consideradas como operações de luta armada. As organizações igualmente divergiam sobre a análise que tinham sobre o atual estágio do capitalismo, em seu respectivo país e do papel das variadas ações armadas e do arco de alianças que deveria ser realizado para alcançar o objetivo do socialismo (assim como, se haveria etapas até lá) (SILVA, 2016). O conjunto das organizações da esquerda armada também debateu intensamente se a luta armada deveria operar no campo ou na cidade e qual seria a relação tática entre esses dois espaços. Independente dos debates, o estágio de cada plano estratégico variou de acordo com o desenvolvimento da organização em questão ou das suas possibilidades de atuação e adaptação no referido país.

No mesmo ano em que eclode a Revolução Cubana, a suprema corte uruguaia concedia uma autorização, em 05 de março, ao chileno anarquista González Mintrossi para sair do Uruguai (CUESTA, 2017, p. 250). A autorização era o fim de um longo processo jurídico que envolvia, além de Mintrossi, diversos anarquistas em ações armadas no Uruguai. O caso, além de ter se arrastado desde 1932, envolveu acusações a militantes anarquistas que viviam em território argentino e se inicia com o *justiçamento* de Luis Pardeiro Sontie numa terça-feira do dia 24 de fevereiro de 1932, às 13:20 da tarde (Ibid., p. 144). A coincidência de datas entre o fim do processo contra esse

anarquista de ação e a vitória da Revolução Cubana nos é extremamente ilustrativo da transição (e diálogo) entre uma concepção de violência política e o amadurecimento interno do anarquismo uruguaio. O uso de armas pelo anarquismo uruguaio era algo relativamente conhecido nas primeiras décadas do século XX, pela presença das ações de *expropriação* no circuito do Rio da Prata. Contudo, a crise política do anarcossindicalismo no Uruguai reduziu o poder político anarquista nas décadas de 30 e 40. Em meados da década de 50, há uma discussão para fundar uma organização política anarquista: surgindo a ideia de fundar a Federação Anarquista Uruguaia.

Segundo Eduardo Rey Tristán, na segunda metade da década de 50, três grupos foram relevantes para a organização do anarquismo nesse momento: as Juventudes Libertárias, o grupo editor do jornal *Voluntad* e o agrupamento libertário Cerro-Teja (TRISTÁN, 2005, p. 198-199). Alves (2016) e Rugai (2012) também reforçam a importância da agrupação Cerro-Teja e das Juventudes Libertárias neste processo (ALVES, 2016, p. 53-54). Outra questão relevante e que influenciou na cultura política conformada pela FAU foi a memória desse anarquismo de ação citado anteriormente. Segundo o militante Fernando O’neill Cuesta, “alguns dos chamados ‘anarquistas de ação que ainda viviam, haviam estado vinculados às atividades anarquistas que se desenrolavam na década de 50 e 60: atos, assembleias libertárias e até nos prolegômenos da fundação da Federação Anarquista.” (Idem)

Cabe dizer que, nos anos 1950, as expropriações e assaltos aos bancos não eram comuns. O anarquista Alberto “Pocho” Mechoso (anarquista) expropriaria uma filial do banco *La Caja Obrera* ainda na década de 1950 com a intenção de “levantar fundos para uma cooperativa de trabalho e doar a outra parte para recém-fundada FAU”. (Idem) A ação não fora obviamente organizada pela FAU, que só surgiria em 1956.

Cuesta afirma que em alguns casos, houve, “como do catalão Boadas Rivas, sua disposição de conversas com os companheiros da OPR na oportunidade de alguns sequestros” (CUESTA, 2017, p. 9). Juan Carlos Mechoso, em entrevista realizada ao autor, também indica que na fundação da FAU há “militantes com uma longa experiência, que vem da década de 1910, de 1920, de 1930”.² Diversos pesquisadores sublinharam com razão a influência desse componente do anarquismo expropriador na formação da FAU e de seu aparato armado.

² MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [abr. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideu, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

Em resumo, fundada em 1956, a Federação Anarquista Uruguiaia nasceria com forte tradição sindical e com uma herança significativa de experiências do anarquismo expropriador, e logo ao estourar da Revolução Cubana, passa a dar mais atenção às possibilidades de uso da luta armada no seu próprio país por diversas questões que julgamos pertinentes. E quais foram os elementos que fizeram esta organização anarquista aderir à luta armada?

Primeiramente, há de se ressaltar a presença de ações anticomunistas por grupos de extrema-direita no Uruguai, alguns destes, também anti-semitas. Segundo Broquetas, a captura de Eichmann (um dos principais organizadores do holocausto) na Argentina desatou uma onda de violentas ações anti-semitas neste país e no Uruguai, que terminaram com sinagogas, clubes desportivos e comércios judeus atingidos por bombas ou vandalizados (BROQUETAS, 2015, p. 186). A sede do partido comunista também fora atingida por bombas incendiárias e o caso mais grave foi o sequestro de Soledad Barret (filha do anarquista Rafael Barret), golpeada e marcada à faca com duas suásticas (Ibid., p. 188).

A escalada de ações violentas da direita – geralmente, baseada num anticomunismo que mirava qualquer ação sindical ou política de esquerda – atingiu seu ápice no ano de 1962, quando, em 20 de fevereiro de 1962, incendiaram a sede da seccional sul do Partido Comunista Uruguaio (PCU), um quiosque de propaganda do Movimento Revolucionário Oriental (MRO) e lançaram artefatos explosivos no clube do Partido Comunista, em Molinos de Raffo (bairro de Montevideú). Tal ação resultou na morte de Olívio Cela, um bebê de cinco meses, filho dos caseiros do lugar e teve uma grande repercussão nos meios de comunicação. Tais ações preocupavam as organizações de esquerda que, somada à influência dos métodos armados da Revolução Cubana, decidem se reunir em 1962 para fundar um espaço de coordenação armada que, em 1963, se chamará *Coordinador*. Ressalte-se que as organizações que compunham esse espaço eram críticas da tese da *coexistência pacífica*, política externa da URSS e difundida pelos Partidos Comunistas no mundo inteiro e em maior grau, se afinavam com a recente experiência da Revolução Cubana.

Além do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) – uma cisão do Partido Comunista ocorrida em 1962 – o *Coordinador* incluía o Movimento de Ação Popular do Uruguai (MAPU), a Federação Anarquista Uruguiaia (FAU), o Movimento Revolucionário Oriental (MRO) e o Movimento de Apoio Camponês (MAC). O pesquisador Daniel Alves aponta que, no ano de 1962, “em meio à luta intestina na FAU,

ocorreu uma coincidência entre parte dos militantes do seu núcleo majoritário com os de outras organizações de esquerda” (ALVES, 2016, p. 83). Tal coincidência se dava na sentida necessidade de haver um organismo em comum e a “questão da luta armada era tema comum de debate” (Ibid., p. 84). Esse passo adiante da FAU em começar a formar um aparato armado, também ajudou a acelerar o processo de uma pequena cisão interna da FAU que sairá da organização.³ Uma das características comuns desse espaço coordenador era o fato de desconfiarem ou negarem a ação institucional mas, também, a defesa e as possibilidades de uso da violência revolucionária para promover o avanço das propostas revolucionárias no Uruguai. A influência de jornais com temáticas latino-americanas, como o jornal *Época*, as notícias dos golpes militares nos diferentes países, a ação das direitas e as possibilidades inauguradas pela Revolução Cubana eram, portanto, uma soma de fatores que conduzia a FAU e as demais organizações a prepararem-se militarmente.

No fim de 1964 e início de 1965, o *Coordinador* foi se desarticulando. Principalmente após uma ação desastrosa de obtenção de armas no Clube Suíço (ALVES, 2016, p. 84). Além disso, pesavam as divergências estratégicas entre as organizações, associadas à prisão de diversos militantes no assalto ao Banco de Cobranças. Apesar de olhar a ação com simpatia, a FAU começava a criticar os chamados “desvios foquistas” de parte do *Coordinador*.⁴ Com a proposta de transformar o *Coordinador* em outra organização, a militância da FAU irá se retirar, alegando que já possuía uma organização e não fazia sentido fundar outro espaço político. Nascia assim, o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLN-T) e a FAU, seguiria com a construção do seu aparato de luta armada por outros modos.

No final do ano de 1966, a FAU trabalharia internamente na montagem de seu aparato armado e teria o apoio fundamental do militante anarquista Abraham Guillén (em formações internas), que na época vivia no país. Abraham Guillén possuía não apenas experiência prática militar (foi comandante de uma divisão militar na guerra civil espanhola), mas tinha uma considerável produção teórica sobre a luta armada e polemizou inclusive, com Ernesto “Che” Guevara, sobre a melhor estratégia de guerrilha no continente latino-americano (SILVA, 2018, p. 184). Guillén publicara no Uruguai, em 1965, o livro *Estrategia de la Guerrilla Urbana*, um material que certamente

³ O grupo que se retirara, basicamente não concordava com a posição de adoção da luta armada e de posições da FAU sobre a Revolução Cubana.

⁴ A tese do foco guerrilheiro era defendida principalmente pelo argentino Ernesto “Che” Guevara e influenciou sobremaneira as organizações de luta armada no continente sul-americano.

influenciou a FAU na sua concepção armada. Cabe dizer, que a influência de Guillén sobre a concepção da luta armada da OPR é geralmente pouco mencionada nas pesquisas sobre este tema, mas certamente tem seu peso na realidade.

Outro momento decisivo para a conformação da estratégia armada da FAU, se deu no crescente fechamento do regime uruguaio, ocorrido principalmente entre os anos de 1967 e 1969. A historiadora Clara Aldrighi afirma com precisão que a reforma constitucional de 1967 “proporcionou novos instrumentos legais para aplicação de políticas autoritárias” (ALDRIGUI, 2016, p. 34) e o cientista político Álvaro Rico caracteriza este período como um *governo sob decreto*, onde se “incrementam os poderes estatais e se amplia a jurisdição dos órgãos punitivos já existentes” (ALDRIGUI, 2016, p. 34). Um de seus resultados foi o aumento notável dos poderes do executivo, que podia, por exemplo, fixar preços, ter a iniciativa legislativa de caráter privativo no regime de aposentadoria e aumento de salários (ALDRIGUI, 2016, p. 39). O mandato presidencial também foi aumentado de quatro para cinco anos.

O fechamento por Jorge Pacheco Areco dos jornais *Época* e o *El Sol* por um decreto assinado em 12 de dezembro de 1967 aprofundava a ação repressiva do Estado uruguaio e também colocava oficialmente como fora da lei o Partido Socialista, a Federação Anarquista Uruguaia, o Movimento Revolucionário Oriental, o Movimento de Ação Popular Uruguaio, o Movimento de Esquerda Revolucionário e o grupo de independentes vinculados ao jornal *Época*. Nasceram, nesse período, as “Cartas da FAU”, instrumentos de opinião produzidos pela organização e que eram distribuídos clandestinamente para todos os seus integrantes. A organização passa, já nesse período, a adotar medidas de funcionamento clandestino que garantissem sua sobrevivência e começa a ter um desenvolvimento considerável, ingressando outros militantes e ampliando seu raio de ação. Além de aluguéis com documentos falsos, a FAU montou – segundo Alves – “uma rede de locais encobertos para as atividades do aparato armado, então denominado de *Chola*, e de sua Junta Federal, que passa a ser denominada de *Fomento*” (ALVES, 2016, p. 81). Para financiar esse tipo de coisa, a organização realiza uma “venda de bônus do tesouro falsificados. O montante era relativamente baixo (15 mil dólares), mas foi recebido com entusiasmo e euforia; era um ato simbólico” (Idem). De maneira geral, a conjuntura uruguaia do ano de 1967 possuía elementos explosivos. Economicamente, o país vivia uma explosão do índice de preços ao consumidor e assistia a decaída do poder de compra dos salários reais no mesmo

ano em que forçaria a CNT, central sindical fundada em 1964, a realizar uma paralisação nacional em outubro de 1967 (YAFFÉ, 2016, p. 168).

A FAU já se preparava com medidas de segurança e a formação de medidas de clandestinidade. Tal conjuntura se aguçara com o conflitivo ano de 1968, que foi tomado por manifestações estudantis violentas nas ruas de Montevideo. E, no mesmo ano, o aparato armado da FAU já estava em pleno funcionamento, ainda que seguia como um total desconhecido dos aparatos repressivos, pois não assinava nenhum documento público. A estrutura de luta armada montada pela FAU era composta por *Aguillar*, o mecanismo de toda a atividade armada (MECHOSO, 2009, p. 220-225). *Aguillar* era composto pelos responsáveis das diferentes unidades operativas (ligas), e por um integrante do *Fomento*. Havia também uma Liga de Informação, que não integrava *Aguillar* e estava associada ao integrante de *Fomento* que compunha *Aguillar*. A *Chola* (nome dado pela FAU à luta armada) chegou a ter três ligas (de “nomes” 8, 10, 12), estas estavam compartimentadas entre si e cada uma das ligas possuía três “equipes” (células), geralmente de 5 membros e um encarregado. Cada encarregado de cada uma das ligas compunha *Aguillar*. *Aguillar* não tomava decisões políticas, seguia o que o conjunto da FAU decidia, mas tinha certa autonomia tática. Essa estrutura já antecipava na prática, uma crítica ao foquismo que era ensaiada nos materiais internos e circulares da FAU e reproduzia um modelo armado com democracia interna, à maneira do anarquismo.

Em diversas pesquisas, afirma-se que as organizações político-militares necessariamente incorriam em posturas militaristas. Se há de fato organizações que buscavam, através da luta armada, constituir um embrião do futuro exército popular, para a FAU o aparato armado possuía uma função acessória e o exército popular só poderia ser constituído a partir das organizações populares. Sobre a questão do militarismo, o militante Augusto “Chacho” Andrés, integrante da OPR na época afirmava em entrevista que “os tupas eram coluna, comandante e tudo isso, nós não tínhamos comandante nem coluna nem nada” (ANDRES, 2017). O nome de “equipes” e “liga” visava justamente retirar a carga de sentido militarista que terminava por determinar certas práticas internas. O que não significou, entretanto, que ação armada da FAU não tivesse grande disciplina interna. As primeiras ações armadas da OPR foram feitas basicamente com a intenção de adquirir finanças para a organização, com a expropriação do Banco Ubur (em La Teja), no dia 11 de março de 1968 (MECHOSO, 2009, p. 252) – dia em que nasceu a consigna histórica da FAU “*Arriba los que luchan!*” –

expropriação do Banco de La Paz em 24 de agosto de 1968 e expropriação do Banco Divino, em 07 de fevereiro de 1969. Segundo a pesquisadora Ivone Trías, entre 1969 e 1972, o Uruguai viveu permanentemente sob “medidas de segurança” e foi chamado de “curto verão da luta armada” (TRÍAS, 2008, p. 67). O aprofundamento repressivo vinha acompanhado do aumento das ações armadas pelas organizações político-militares.

No dia 27 de abril de 1969, uma explosão acidental na casa do integrante da FAU, Juan Carlos Mechoso, membro do *Fomento* e da OPR atraiu a atenção da polícia e que capturou Daniel Bentancour Méndez. A polícia também diz ter encontrado dez armas, material para fabricação de bombas e uma barraca. Até então a polícia atribuía temporariamente o incidente aos Tupamaros e o aparato armado da FAU seguia invisível aos radares policiais.⁵

Seu “batismo” público seria realizado no dia 16 de julho de 1969, no qual a OPR realiza a operação de roubo da histórica bandeira dos 33 orientais, um dos principais símbolos da independência uruguaia. A bandeira estava em posse do Museu Nacional uruguaio e na ação, além de panfletos, um círculo com um “R” foi desenhada no muro onde estava exposta a bandeira.⁶ As forças de segurança passaram a compreender o vínculo das duas ações e três militantes da OPR foram presos, o que não a impediu de seguir atuando nos conflitos sindicais. No mesmo mês, a FAU realizaria a explosão do cérebro eletrônico do Banco Comercial no contexto da greve bancária. As investigações policiais sobre o braço armado da FAU seguiriam e, em 22 de outubro de 1969, Elena Quinteros, militante da FAU e da Resistencia Obrero Estudiantil (ROE)⁷, é presa pelas forças de segurança e só seria libertada em outubro de 1970 (OLIVERA, MÉNDEZ, 2003, p. 24).

Com a continuidade das ações, a FAU investe em operações acessórias para operar o seu aparato armado, as chamadas operações de *abastecimento*, visando cabelereiros, lojas de roupa⁸ e acessórios diversos que tinham como objetivo fornecer para a organização disfarces efetivos nas ações, evitando a identificação policial e facilitando o trabalho das *equipes de informação*. Até este momento, não se distinguia

⁵ Explosión en Refugio de Tupamaros. *El Día*, Montevideo, 27 de abril de 1969, p.6.

⁶ Fue Robada la Bandera de Los Treinta y Tres. *El Diario*, Montevideo, 17 de julho de 1969.

⁷ Tal organização foi criada em 1968 por militantes da FAU. Visava ser uma organização intermediária, entre o nível político anarquista e os movimentos populares. A intenção da ROE era agrupar um “campo combativo”, não necessariamente anarquista, mas que compartilhasse de princípios e estratégias comuns. A militância da FAU atuava impulsionando esta ferramenta e aglutinando militantes outrora dispersos.

⁸ Foram realizadas duas ações com o objetivo de conseguir roupas. Uma na sucursal da Casa Soler, em 25 de agosto de 1970.

entre a participação da militância pública e armada. Militantes públicos da organização integravam as ações armadas que, no ano de 1970, foram realizadas com a expropriação do Banco da Avenida Comércio e Itália e do Banco Curva de Maroñas (MECHOSO, 2009, p. 276-277). Cabe dizer que até 1971 – antes do golpe militar, portanto – o acionar armado da FAU atuava apenas com expropriações e operações de abastecimento. Algo que, guardadas as proporções, se inseria na estratégia histórica do uso da violência anarquista de *expropriação*. Ainda que se diferenciasse em termos de metodologia, pois pela primeira vez na história do Uruguai, a aplicação da violência era decidida não por pequenos grupos insurrecionais ou de anarquistas expropriadores, mas por uma organização política anarquista com amplo trabalho sindical e estudantil.

O ano de 1971 foi um dos anos mais ativos do aparato armado da FAU e, num ano marcado pelo acirramento da repressão e da ação dos aparatos paramilitares, passam a operar outro tipo de ações que vão tentar dar resposta à crescente violência estatal. Rejeitamos, portanto, a tese culturalista de análise da luta armada, que tenta entender a ação armada apenas a partir da *cultura política* interna das organizações, ignorando ou subvalorizando o contexto histórico. A linha estratégica da FAU para seu aparato armado era o de só intervir caso as ferramentas de organização sindical e popular tivessem chegado ao seu limite e neste ano a FAU passa a intervir mais frequentemente nos conflitos sindicais justamente pela irredutibilidade do Estado e dos patrões em solucionar os conflitos de classe. Para esta posição crítica do foquismo e do que consideravam seu desvio militarista também chegavam militantes de fora da FAU e que com determinadas derrotas e quedas dos Tupamaros passavam a ter uma visão mais próxima das propostas anarquistas. Este foi o caso da “micro-fração”, tendência interna do MLN-T constituída em fins de 1970, que após exaurir suas críticas a estratégia militar tupamara será expulsa da organização e terminará por constituir seu próprio exército, a *Frente Revolucionario de los Trabajadores* (FRT). A maior parte de seus militantes incorporar-se-á posteriormente a OPR-33 e outros reingressarão no MLN em data posterior (ALDRIGUI, 2016, p. 204).

No ano seguinte, a FAU se envolveu intensamente em conflitos laborais na Companhia Industrial Comercial do Sul (CICSSA) de produção de papel, no Frigorífico Modelo e na fábrica de calçados e artigos de borracha Seral, incorporando uma tática de luta armada nova para a experiência do anarquismo do Rio da Prata: os

sequestros.⁹ A organização interviria nos dois últimos conflitos. Neste ano, em abril de 1971, os trabalhadores *cañeros* fariam uma marcha para participar do Primeiro de Maio e integrantes da Resistencia Obrero Estudiantil, uma organização política (uma tendência político-social) fundada pela FAU e por outros militantes, seriam presos enquanto recebiam a marcha (OLIVERA, MÉNDEZ, 2003, p. 26). Antecipando-se ao endurecimento da repressão, neste ano ampliariam a estrutura do aparato militar; para isso iriam realizar nos dias 19 e 20 de abril na Fábrica FUNSA, na casa de colecionadores e militares, como o capitão Mario Mutter, Javier Pietropinto e Ricardo Rimini uma operação que visava obter armas para a organização. Esta operação, segundo Mechoso envolveu muitas equipes da FAU (praticamente todas) e terminou com um bom saldo balístico. No caso da ação de FUNSA, esta teve informações valiosas do conjunto de companheiros da FAU que trabalhavam na fábrica, garantindo o sucesso da operação, fato que demonstrava que apesar da compartimentação, havia uma relação entre o nível social e político da federação mínimo para operarem as ações armadas, sendo este universo, mais difuso do que normalmente costumamos a considerar.¹⁰

Todavia, mesmo com todas as informações possíveis e evitando maiores desgastes, nem toda operação realizada pela OPR-33 terminava sem incidentes. No mesmo ano, um operativo considerado simples pela organização, de *abastecimento* e que visava conseguir produtos elétricos e eletrônicos numa loja terminou com o saldo de um militante morto (Wilmar) e outra militante presa (Blanca) (MECHOSO, 2009, p. 297).

O primeiro sequestro da organização foi realizado em torno do conflito do Frigorífico Modelo e seu alvo era o representante legal da empresa, o advogado Alfredo Cambón. Cambón também trabalhava para a fábrica FUNSA e era um conhecido colaborador da polícia, na condição de presidente da *Comisión Vecinal de Colaboración con la Policía*.¹¹ O dono da fábrica viajou para a Alemanha e passou amplos poderes para Cambón representá-lo. Os operários do frigorífico reclamavam de horas-extras não recebidas e a falta de meia hora de descanso, como previa o acordo coletivo. Desde 1970, o conflito se estendia e o não cumprimento dos critérios do acordo coletivo, somado ao autoritarismo e ao fechamento do regime contribuíam para atitudes mais drásticas por

⁹ Cabe dizer que a experiência de sequestros nunca foi utilizada pelo anarquismo antes deste período. Sobre as ações armadas e o anarquismo, Cf. TRÍAS, 2008, p. 121.

¹⁰ Refiro-me a uma determinada metodologia de pesquisa sobre a luta armada. É impossível analisar a luta armada sem relacioná-la com os movimentos populares de seu entorno.

¹¹ Secuestran a Conocido Abogado. *El Dia*, Montevideo, 24 de Junio de 1971, p.1.

parte do aparato armado. Como afirmado anteriormente, o fato de uma proposta política defender a violência revolucionária não explica por que tal ferramenta é acionada num contexto e não em outro. É a correlação de forças e a conjuntura concreta que implica em ações e decisões deste tipo. A decisão de sequestrar Cambón partiu do *Fomento* que comunica a operação a *Aguillar* (MECHOSO, 2009, p. 317).

Nesta altura, a OPR já dispunha de casas e locais específicos para este tipo de operação. Quatro integrantes da OPR-33 (uma mulher e quatro homens) seriam responsáveis pela ação, que ocorreria no dia 23 de junho de 1971. O grupo operativo invadiu a mansão de Cambón, no bairro de Malvín Norte pela manhã e ele foi transferido para um dos “aparelhos” da organização (*berretín* como chamavam). Como de praxe, a organização realizava uma conversa com o sequestrado e colocavam as exigências: neste caso, resolver a questão dos trabalhadores do frigorífico. A imprensa afirmava que Cambón não tinha nenhuma atividade política e qualificava os sequestradores de “terroristas e sediciosos”.¹² No segundo dia, Cambón foi libertado sob a condição de cumprir o acordo de resolver a situação dos trabalhadores. Nesta altura, as forças de inteligência e a imprensa já sabiam que a ação havia sido organizada pela OPR-33.

Em 18 de agosto de 1971, sequestram o Luis Fernández Lladó, vice-presidente do frigorífico Modelo e integrante do conselho diretivo de FUNSA. O principal objetivo da organização neste evento era o de financiar economicamente a organização, mas também de gerar efeitos sociais no conjunto de trabalhadores do frigorífico no interior (MECHOSO, 2009, p. 319-320). O primeiro contato com a família de Lladó tratou de questões referentes ao trato da empresa com os funcionários na cidade de Tacuarembó. O braço armado da FAU já possuía integrantes da organização nesta província, contatos que remontavam desde a greve dos bancários, na qual “Pablo” (nome fictício) ingressara na organização pelo contato com Gerardo Gatti.¹³ A partir disto, a FAU tinha informações sobre o desrespeito às normas de trabalho nas chácaras de criação de porcos para os frigoríficos no interior e sobre a repressão patronal no Mercado Modelo de Montevideú.¹⁴ A OPR exigia 200 mil dólares e, entre idas e vindas da negociação, o montante foi entregue e Lladó devolvido a sua família.

¹² Secuestran a Conocido Abogado. *El Día*, Montevideo, 24 de Junio de 1971, p.1.

¹³ Sobre isto Cf. PALERMO, 2012, p. 62.

¹⁴ Mechoso afirma que um dos primeiros temas de conversa com o sequestrado fora esse tipo de coisa, como por exemplo, acordar uma família de trabalhadores às 3h da madrugada, porque um porco escapou do seu chiqueiro e coisas do tipo. MECHOSO, 2009, pp. 319-320.

Cabe dizer que depois dos sequestros os jornais destacavam a questão técnica das ações, com desenhos indicando por onde os militantes entraram, onde o carro alvo foi capturado etc. Esse tipo de prática inscrevia-se num imaginário técnico-militar, digamos, um imaginário compartilhado do período, – no qual os militantes de esquerda também estavam imersos – ainda que seu uso tivesse fins distintos.

Os jornais que consultamos também trabalhavam para construir uma imagem de *sádicos*, *terroristas* e *sediciosos* dos integrantes do aparato armado, ainda que, no caso da OPR, houvesse uma grande preocupação com um tratamento justo com os prisioneiros, optando por se diferenciarem de um “crime comum”. Tal postura não bastava para vencer a batalha pela hegemonia da comunicação. O que frequentemente acontecia era a organização ser alvo de denúncias nos jornais por maus-tratos, fato que fez com que a organização, pela primeira vez, sequestrasse, em 23 de outubro de 1971, o redator do jornal *El Día*, Pereyra Gonzalez, para explicarem sua posição. Gonzalez teria ressaltado o fato da mãe de LLadó ter falecido durante o seu cativeiro, fato que foi tratado pela organização com certo cuidado, pois sabia que este tipo de evento seria usado para a fabricação do consenso negativo na opinião pública.

As reiteradas acusações do jornal fizeram com que a OPR, que avaliava que o jornal era um inimigo das lutas populares, realizasse esta detenção e entrevista com o editor (Ibid., p. 325). Confrontando o editor com matérias que atacavam as lutas populares e sindicais, a OPR o libertou quatro dias depois. Desta vez, não houve nenhum compromisso formal, mas o jornal *El Día*, por alguns dias, cobriu a conferência de imprensa sindical em FUNSA e Pereyra Gonzales escreveria sobre sua experiência como sequestrado.

Sob a mesma lógica política, a OPR sequestraria no dia 28 de novembro de 1971 a jornalista Michele Ray. Inicialmente estava previsto também o sequestro do jornalista Antonio Mercader. A ideia era fazer uma espécie de conferência de imprensa da organização com esses dois jornalistas no âmbito das eleições que ocorriam no país. Apesar de um decreto da época ter recentemente permitido a “legalidade” da FAU¹⁵, podemos supor que as ações armadas da organização faziam com que as suas ações públicas seguissem com um grau de dificuldade elevado. Por uma contingência da ação, a OPR-33 decide abortar a ação de sequestro de Mercader e a conferência de imprensa será feita apenas com Michele Ray que será libertada em dois dias. A FAU avaliaria que

¹⁵ Colocamos legalidade entre aspas, pois se de fato, a FAU ter sido posta na ilegalidade em 1967. Esta nunca foi um partido político legalizado, no sentido jurídico do termo.

o período é de plena “Ditadura Constitucional” e que o “aparato repressivo se desenvolve e se tecnifica”. Para a FAU, o “expediente eleitoral” é uma “pseudo-abertura política, que no marco de sua estratégia cumpriu distintas finalidades”.¹⁶ Para a FAU, “os partidos burgueses seguem conversando sua relativa eficácia no campo eleitoral, não conseguem, contudo ocultar sua crise como peças fundamentais da estrutura de dominação”.¹⁷

Em 1972, estoura um conflito operário na fábrica Seral, uma fábrica de borracha que, junto com FUNSA, era uma das mais importantes do Uruguai e produzia calçados. Este conflito pode ser considerado um exemplo do acionar da OPR e sua concepção de luta armada. Seral contava, segundo o depoimento de Sérgio Molaguero, com 300 a 328 trabalhadores. Em 1972, o jornalista Hugo Alfaro, que contribuía com o jornal *Marcha*, publica uma matéria relatando que os salários recebidos pelos trabalhadores correspondiam a 40% do que lhes era de direito e que diversas arbitrariedades eram cometidas pelo dono da fábrica como, por exemplo, despedir dois mecânicos que o patrão não tinha afinidade e despedir trabalhadoras grávidas.¹⁸ Contudo, o conflito estoura, finalmente, depois da suspensão de um feriado para os trabalhadores. O sindicato de FUNSA se aproxima e oferece seu apoio na formação do sindicato da Seral. O sindicato é constituído e após três meses de sua formação alguns dos trabalhadores são demitidos por comporem a agremiação. O Ministério do Trabalho e a comissão de legislação da Câmara de Representantes reconhecem o direito dos trabalhadores e encaminha a imediata reintegração dos demitidos e a solução das irregularidades. Por nove dias, ainda segundo Alfaro, Molaguero acata o acordo mas logo depois “despede trinta menores e dois mecânicos” por supostamente não ter condições de manter a fábrica com a regularização dos direitos dos trabalhadores. Depois de trinta e um dias de greve o recém-sindicato segue firme contra as novas demissões e são reprimidos pela polícia e o exército. Numa manifestação que reuniu cerca de mil trabalhadores – alguns em solidariedade aos trabalhadores da Seral – onze trabalhadores são detidos e diversos golpeados pela polícia. Após esse fato, três trabalhadores iniciarão uma greve de fome. O conflito dura cinco meses.

No dia 18 de janeiro, houve paralisação em algumas fábricas em solidariedade aos trabalhadores da Seral. O apoio decisivo da Resistencia Obrero Estudiantil (ROE)

¹⁶ Apud Mechoso, 2009, pp. 340-341, tradução nossa.

¹⁷ Idem.

¹⁸ ALFARO, Hugo. La lección de FUNSA ocupada. *Marcha*, Montevideo, 1972, Nº. Reportajes a la Realidad.

era ameaças de organizações de extrema-direita, que distribuem panfletos ameaçando tanto a ROE, o Movimiento de Independientes-26 de Marzo (M-26)¹⁹ e a Frente Armado de Revolución Oriental (FARO) (PILO, 2005). Segundo a OPR-33, Sérgio Molaguero era membro da Juventud en Pie, organização de extrema-direita (fascista) do Uruguai. O conflito não resolvido em termos sindicais acaba por levar a FAU a decidir por uma ação do seu aparato armado. O objetivo era solucionar o conflito operário em favor dos trabalhadores. Cabe ressaltar que ações desse tipo envolviam grande complexidade (técnica e política) e não eram feitas sem um alto grau de responsabilidade, disciplina e saberes técnicos de diversos ofícios acionados. Lembrando, que, por conta de sua filiação ideológica anarquista, a FAU foi excluída de qualquer possibilidade em obter formação em luta armada em Cuba (ao contrário dos Tupamaros), o que implicou, na adaptação e num aprendizado coletivo, extraído da experiência uruguaia e a partir da literatura, práticas existentes, que envolviam saberes e ofícios operários de seus integrantes.

Em relação às ações armadas, o primeiro passo era acionar o aparato de informação, no intuito de fazer o reconhecimento da realidade do alvo e municiar de informação a “equipe” que iria realizar a ação, neste caso, um sequestro. A ação referida foi realizada no dia 11 de maio de 1972. Com Molaguero foram encontrados uma pistola semi-automática de calibre 7.65, um guia de posse da arma, 16 cruzeiros brasileiros, carteira de identificação, carteira de vacinação e um panfleto do partido colorado.²⁰ Após o sequestro, o dono da fábrica decide dialogar com o sindicato, contando com o apoio decisivo do militante da FAU, León Duarte. No mesmo dia em que o acordo iria ser assinado, Duarte desaparece. Outros trabalhadores de FUNSA e SERAL tinham sido detidos anteriormente, demonstrando a presença permanente das forças repressivas nos conflitos laborais e como a militarização do trabalho provocava, igualmente, respostas militares das organizações revolucionárias.

A reação do sindicato de FUNSA e dos trabalhadores é imediata. A fábrica de Camino Corrales é ocupada, exigindo o aparecimento imediato dos trabalhadores. O sentido da ocupação extrapola o conflito puramente sindical e demonstra a posição desse setor diante da ação dos corpos repressivos. Enquanto o conflito sindical se desenrolava, as negociações entre o pai de Sergio Molaguero e a OPR-33 seguiam. A OPR exigia a entrega de 20.000 pesos uruguaio para cada trabalhador da empresa

¹⁹ Expressão política dos Tupamaros.

²⁰ Consulta ao acervo fotográfico, Arquivo da FAU.

Seral e a entrega de materiais para as crianças da cidade de Santa Lucía, com os seguintes itens: 300 lápis negros, 300 caixas de lápis de cores, 300 cadernos. Também se exigia para as crianças do bairro El Abrojal, 150 pares de sapatos, 150 pares de meias, 150 calças, 150 casacos e 150 uniformes escolares; para as crianças do bairro “Atrás do cemitério”, 100 unidades de cada uma das mercadorias anteriormente mencionadas. A OPR-33 ressaltava que as mercadorias “devem ser adquiridas em comércios distintos da cidade de Santa Lucía” e devem estar “nos bairros assinalados na quarta no dia 16 de maio”.²¹ Tal medida, visava segundo depoimento de J.C. Mechoso, “despertar a simpatia da ação nos comerciantes locais”.²² Este tipo de prática, coincidia com as reflexões teóricas da organização em relação às ações armadas. Segundo o *El Copey*, principal documento interno da FAU sobre este tema, era o de capitalizar “politicamente a simpatia popular que pode promover sua ação” (FAU, 1972, p. 22).

Também se exigiam quatro pontos: 1) o fim do conflito na Seral e a assinatura do acordo da empresa com a União de Empleados e Trabajadores da Seral; 2) publicação de uma nota em quatro jornais da capital e em quatro diários do interior, tornando público o acordo realizado; 3) após a publicação das notas no jornal, um valor de reparação econômica a ser definido; e 4) ao cumprir as cláusulas do acordo com os operários, a empresa deveria fazer divulgação deste por jornal e rádio. Tendo atendido essas quatro condições, Molaguero seria liberado em 72 horas e a organização não viria a intervir na fábrica. No dia 11 de julho de 1972, publicava-se em diferentes jornais (todos especificados pela OPR-33) um compromisso público de José Hugo Molaguero (pai de Sérgio Molaguero) em resolver o conflito na SERAL. A empresa se comprometia em reintegrar todos os demitidos, pagar indenização aos trabalhadores que iniciaram uma ação judicial, reconhecimento da União de Trabajadores de Seral como organização representante dos trabalhadores, a criação de uma comissão bipartite da fábrica (integrada por dois representantes dos trabalhadores e dois da empresa), o pagamento de salários de acordo com os laudos, assim como o ajuste do pagamento das horas extras, a gestão ante os organismos públicos para conseguir a liberdade dos trabalhadores presos pelo conflito, o pagamento de três milhões de pesos para assessoramento jurídico dos trabalhadores e as dívidas contraídas pelo sindicato e, por

²¹ Olando Pieri. 12 de mayo de 1972. Archivo da FAU.

²² MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [mai. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (2:10 min.).

fim, a empresa se comprometeu a não tomar nenhuma medida em represália aos trabalhadores.²³

Na manhã do dia 19 de julho, Sérgio Molaguero – como prometido pela OPR-33 – é liberado e internado no Hospital Central das Forças Armadas. O informe médico das Forças Armadas avaliava que o paciente ingressou em estado de caquexia (grau extremo de enfraquecimento) e com carência nutricional. O informe do exército claramente objetivava representar a ação armada como um instrumento que atentava contra a dignidade humana e se inscrevia num plano mais amplo de deslegitimação da guerrilha frente à opinião pública. Em seu depoimento ao jornal *El Día*, Sérgio Molaguero afirmava ter sido alvo de “torturas posteriores ao interrogatório”, mas não explicitava objetivamente quais torturas tinha sido alvo. As únicas marcas visíveis eram referentes a ataduras presas em algum momento às suas mãos e uma ferida na cabeça. Sutilmente, o jornal ocultava o fato de que a ferida na cabeça era fruto de uma tentativa de fuga de Molaguero, que resultou num golpe dado por um membro da OPR-33. Como apontado por Baczko, o “imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”, que, ao mesmo tempo, “ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais” (BACZKO, 1985, p. 310-311).

No sentido de construir uma determinada narrativa sobre Molaguero, jornalistas e jornais alinhados com a contra-insurreição se inseriam de maneira mais ampla numa disputa pelos sentidos dos acontecimentos que envolviam os conflitos sociais. A chegada de Molaguero na cidade, por exemplo, foi coberta pelos jornalistas e evidenciava um trabalho de construção de mitos políticos como forma de esvaziar o apoio a guerrilha:

Seu repentino mal-estar se produziu quando foi abraçado por seus pais, se dirigia até o monumento de Artigas, onde se havia proposto colocar uma oferenda de flores e dirigir poucas palavras de agradecimento.

Também nesse mesmo instante, a população, que pugnava por se aproximar e falar-lhe entonava as estrofes do Hino Nacional

²³ JOSÉ HUGO MOLAGUERO S.A. CALZADOS SERAL. *Ahora*, Montevideo, 11 de Julio de 1972, p. 7.

As pernas de Sergio cederam e o silêncio cobriu a praça. Primeiro se apoiou em sua mãe, que chorava, e em seguida foi assistido por agentes policiais e amigos.

Foi trasladado ao seu domicílio na Rua Chile 105, reagindo em poucos minutos. O quintal foi rodeado pelo público, que continuava a gritar seu nome.²⁴

Flores entregues ao busto de Artigas (um herói da libertação nacional uruguaia), o Hino Nacional cantado por parte da população, a presença de um povo efusivo cantando seu nome ou desejando lhe falar algo e a presença afável de policiais e amigos que lhe carregam. Mas a notícia não para por aí. O jornal afirma que “centenas de pessoas se aglomeraram nas ruas para lhe expressar seus sentimentos” e, com uma dramaticidade que ultrapassa os limites do exagero, o jornal ressalta que “Sergio Hugo solicitou que detivessem o veículo” para “observar o lugar onde me golpearam”.²⁵

Cada passo de Molaguero é registrado de uma maneira detalhada e carregada de dramaticidade. Na sua chegada a cidade de Santa Lucía, o jornal afirma que os vizinhos “portavam cartazes e estandartes” e que a praça estava “coberta de pessoas que se desesperavam por transmitir-lhe suas saudações. Muitas choraram.” O jornal enfatiza que “Sergio – que repetidas vezes levantava uma de suas mãos, em gesto de gratidão – antes de descer, foi trasladado a um parque. ‘É necessário que tome um pouco de ar’, disse um membro da família”. Como se já não bastassem tantas referências à pátria e à nação, o jornal enfatiza que “o jovem desceu entre vivas e aplausos, coberto com a bandeira uruguaia” e depois “caminhou até o monumento do prócer. O povo entoava o hino nacional”.²⁶ Foi neste momento que, segundo o jornal, Molaguero desmaiara. Já em casa, o jornal enfatizou que, neste momento, Sergio resolveu falar algumas palavras, rodeado de uma “multidão que se acotovelou contra os cristais”. Entre seus amigos, estava o senador Agustin Caputo. O jornal termina a matéria informando que Molaguero “tomou um pouco de chá antes das 18h. Logo jantou. À noite, por fim descansou em sua própria cama”.²⁷

Em toda essa construção narrativa, que envolve jornalistas, políticos, a polícia, a família de Molaguero e um setor da população da cidade, há uma ausência que é

²⁴ Molaguero se Repone Ahora en su Casa de Santa Lucía, *El Día*, Montevideo, 24 de Julio de 1972, p. 7, tradução nossa.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

sentida. O jornal apesar de tratar Molaguero como um verdadeiro herói popular, não faz uma única menção ao conflito na Seral, à repressão ocorrida na marcha dos trabalhadores e sequer aos problemas do acordo entre o dono da fábrica e o sindicato.²⁸ Esse evento provocou internamente em *Fomento* um debate sobre o efeito negativo desta propaganda para a organização. Enquanto a propaganda contra a luta armada avançava nos jornais, as agências da repressão também ganhavam posições e desmantelavam o *Cárcel del Pueblo* (Prisão do Povo), principal centro de detenção de reféns dos Tupamaros. Desde abril, os Tupamaros foram duramente atingidos pela repressão (ALDRIGUI, 2016, p. 174).

Em outubro de 1972, a FAU fazia um balanço dos golpes sofridos pela repressão e a passagem de vários companheiros à clandestinidade. Vários aparelhos da organização caíram nas mãos da repressão – que vigiava as ações da OPR com muito cuidado – e os locais do aparato militar “se sobrecarregaram de clandestinos”. Tal sobrecarga fazia com que, por exemplo, os militantes tinham de ser trasladados a cada 2 ou 3 dias para novos lugares para pernoitar o que, segundo a FAU, causava uma multiplicação dos contatos, “as idas e vindas, o traslado dos clandestinos e a descompartmentalização de forma alarmante”. A organização constatava que em 4 semanas um companheiro podia “chegar a conhecer 7 a 8 locais distintos”.²⁹ No documento, a organização também faz uma crítica às dificuldades de relação entre a parte pública da organização e o aparato armado, na qual a primeira não soube se solidarizar adequadamente com os membros clandestinos do aparato armado. Os integrantes do aparato armado ficavam extremamente sobrecarregados com a pressão das forças de segurança, próximas de suas pistas. As dificuldades de relação entre o aparato clandestino (OPR) e a parte pública da organização eram relatadas pelos companheiros. Uma delas, a crítica à decisão da parte pública da organização em não bancar os militantes clandestinos.

Longe de ser uma “máquina perfeita” – como qualquer organização inserida em contextos reais e distante das idealizações –, a FAU procurava suprir as deficiências internas do funcionamento do aparato armado. Para a FAU, uma correta formação de quadros para o aparato se fazia necessária: “adquirir experiência na frente de massas

²⁸ Enquanto Molaguero permanecia em poder da OPR-33, a CNT realizaria um congresso com a presença de mais 1800 elegados, que representavam mais de 400.000 trabalhadores. Os sindicatos de Funsá, Tem, Atma e Seral, sob a influência da FAU e de setores combativos proporia um plano de ação sindical para a CNT. A ROE e a FAU dariam prioridade total a este evento.

²⁹ Folheto sem título. Montevideo, 1º de septiembre de 1972, tradução nossa. Arquivo da FAU.

como meio fundamental de capacitar politicamente todos os companheiros” e “adquirir experiência num nível intermediário” que implicava em “capacitação técnica e a aquisição de critérios de segurança”.³⁰ Ainda assim, a FAU se esforçava para garantir o bom funcionamento das equipes. Um dos mecanismos eram os questionários internos. No questionário, estavam o nome (obviamente falso), idade (aproximada), equipe (em código), antiguidade (quantos anos possui de organização) e setor. Abaixo, um conjunto de características que eram avaliadas com uma pontuação que variava de 1 a 5 (1 era Mal, 2 Regular, 3 Aceitável, 4 Bom e 5 Muito bom). Havia cinco blocos que organizavam as características: a) Segurança, b) Informação Política, c) Formação Política, d) Formação Teórica e; e) Moral e Funcionamento Militante. Em Segurança, as seguintes características eram avaliadas: a1) pontualidade, a2) descrição, a3) alerta, a4) atitude frente aos critérios de classificação. No ponto b, as características eram b1) lê jornais, b2) lê livros, b3) conhece as inquietudes e os problemas de seu ambiente, b4) vive esses problemas, b5) conhece as posições de outros grupos. No ponto c estavam agrupados do seguinte modo, c1) inquietude formativa, c2) capacidade teórica, c3) capacidade de análise, c4) capacidade de transmissão. Em Formação teórica, d1) capacidade teórica, d2) capacidade operativa, d3) agressividade, d4) informação, d5) busca de infra (provavelmente, infra-estrutura). E por último, e1) solidariedade, e2) fraternidade, e3) constância, e4) audácia, e5) paciência, e6) firmeza, e7) ductilidade (um sinônimo possível seria maleabilidade ou flexibilidade), e8) modéstia, e9) iniciativa, e10) sentido comum, e11) capacidade de entrega, e12) act (atitude?) frente à iniciativa privada, e13) disposição ao risco permanente, e14) agressividade política, e15) fé na causa, e16) disposição ao trabalho em equipe, e17) exercício da autocrítica, e18) aceitação da crítica feita por outro, e18) capacidade de comunicação, e19) capacidade de direção e por fim, e20) disciplina. No papel, ressaltava-se que a avaliação era realizada entre o companheiro e o encarregado da equipe (SILVA, 2018, p. 201-202).

A avaliação deveria surgir do acordo que se estabelecia entre o companheiro e o encarregado, a partir de um balanço crítico e autocrítico. Os encarregados também eram eleitos por seus pares e deveriam passar pelo mesmo processo de avaliação. Ainda colhendo os efeitos do sequestro de Molaguero, apenas dez dias depois da sua libertação, a organização sequestra Héctor Menoni, jornalista da agência *United Press International* (UPI). A decisão em sequestrá-lo se devia ao fato de a organização avaliar

³⁰ Idem, *ibidem*.

que estava perdendo a disputa no campo da opinião pública sobre a ação que envolvera Molaguero. A ação visava apresentar ao jornalista como Molaguero foi tratado e apresentar as condições de trabalho na fábrica Seral (MECHOSO, 2009, p. 332-333). Libertado logo depois, o jornalista passou sua impressão sobre a posição da organização que, internamente, avaliava que o objetivo da ação fora cumprido, portanto, positivo.

Com o avanço da repressão e a decisão da FAU em mudar-se para Buenos Aires, o aparato da OPR-33 será movido para esta cidade e ainda será capaz de realizar mais algumas ações na cidade até sua completa desarticulação pela ação das forças repressivas argentinas em 1974 e no contexto da tenebrosa Operação Condor.³¹

Apontamentos conclusivos

A ação da OPR-33 e da FAU, no universo da luta armada, demonstra que a violência política operada por esta organização possuía uma identidade própria e particularidades em seu acionar, que lhe conferiam características singulares. Entendemos que o surgimento da OPR-33 sofreu influência de diversos elementos políticos e sociais, dentre eles, destacamos a influência decisiva da Revolução Cubana e das teorias do “foquismo” no continente sul-americano e, em específico, da maneira que se difundiram no Uruguai. É possível também mencionar a influência das ações de radicalização da extrema-direita uruguaia como possíveis condicionantes da formação dessa concepção armada, tendo em vista, a preocupação da FAU em se preparar a um possível fechamento de regime no Uruguai. Cabe dizer que o golpe militar de 1964 no Brasil, modificou o horizonte político de expectativas no Uruguai e também apressou soluções organizativas no interior da esquerda uruguaia que era favorável à luta armada. O crescente fechamento do regime político por Pacheco Areco em 1967 e a exclusão da FAU de qualquer arena política pública, coincide com o desenvolvimento do aparato armado desta organização. Tal elemento é consenso, entre os pesquisadores que se debruçaram sobre a OPR-33 (Rugai, 2012; Alves, 2016; Silva, 2018). Por fim, destacamos a presença de certo anarquismo expropriador já na fundação da FAU, cuja experiência de ações armadas no eixo do Rio da Prata ajudaram não apenas no processo de criação desta organização, mas também incidiram no desenvolvimento de seu aparato armado. A segunda é a influência das reflexões teóricas de Abraham

³¹ A operação Condór foi uma aliança militar entre os regimes do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Tinha como objetivo coordenar a repressão aos opositores desses governos.

Guillén sobre a luta armada, cujas formações internas e debates, ajudaram a estruturar a concepção da OPR-33.

Sobre as ações da OPR-33, como inúmeros trabalhos sobre a história da luta armada indicam, as ações desta natureza não foram exclusivamente ações de embate contra as forças da repressão, mas mesclavam ações de expropriação, abastecimento, sabotagem e/ou sequestros. Também ressaltamos que, no caso da OPR-33, tais ações longe de estarem isoladas da realidade social do país, ou da classe trabalhadora, mesclavam-se às lutas sociais daquele período, interferindo por meio das ações armadas em sua solução.

Vimos igualmente que a OPR-33 também teve que lidar com a disputa pela opinião pública e seus efeitos sobre os trabalhadores. Cabe ressaltar ainda que foram experiências importantes da OPR-33 na formação de seus membros, na busca pela democracia direta (à moda anarquista) e no combate a uma cultura interna militarista.

Referências

- ALDRIGHI, Clara. *La Izquierda Armada: Ideología, Ética e Identidad en El MLN Tupamaros*. Montevideo: Trilce, 2016.
- ALVES, Daniel Augusto de Almeida. *Arriba los que luchan! Sindicalismo Revolucionário e Luta Armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973*. Porto Alegre, 2016. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol.I. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, pp.296-331.
- BROQUETAS, Magdalena. *La Trama autoritária: derechas y violencia em Uruguay (1958-1966)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2015
- CAETANO, Gerardo; MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; JAFFÉ, Jaime; PELLEGRINO, Adela; CABELLA, Wanda; PEYROU, Rosario. *Uruguay: El país “modelo” y sus crisis. Tomo III – 1930/2010*. Montevideo: Planeta, 2015.
- CUESTA, Fernando O’neill. *Anarquistas de acción en Montevideo (1927-1937)*. Ituzingó, Cúlmine ediciones, 2017.
- DEMASI, Carlos; MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; Yaffé, Jaime. *La dictadura Cívico-Militar. Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.
- FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA (FAU). El Copey: posição anarquista sobre a luta armada, 1972. Disponível em <https://uniaioanarquista.files.wordpress.com/2014/01/serie_ba4_copei.pdf>
- MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa anarquista: una historia de FAU, Tomo IV*. Montevideo: Ediciones Recortes, 2009.
- OLIVERA, Raúl; MÉNDEZ, Sara. *Secuestro en la Embajada: el caso de la maestra Elena Quinteros*. Montevideo: Cátedra de Derechos Humanos “Tota Quinteros”, 2003.
- PALERMO, Gustavo Guerrero. *Los Tupas de Tacuarembó. La Izquierda, el MLN y la Represión en el Departamento*. Montevideo: Fin de Siglo, 2012.

PILO, Juan. Comunicado de la Federación Anarquista Uruguaya. 06/08/2005 Disponível em <<http://www.nodo50.org/fau/documentos/molaguero/molaguero.htm>>. RUGAI, Ricardo Ramos. Um Partido Anarquista. *O Anarquismo uruguai e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2012

SADER, Emir. Guerrilheiros, Movimentos In Enciclopédia Latino-Americana, s/d. Disponível em <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/guerrilheiros-movimentos>>.

SALES, Jean Rodrigues. “A revolução cubana, as esquerdas brasileiras e a luta contra a ditadura militar nos anos 1960 e 70”. Simpósio: HIST/RI – 2 La historia reciente em Latino América: encrucijadas y perspectivas, 2005.

SILVA, Rafael Viana da. Um Anarquismo Latino-americano: Estudo Comparativo e Transnacional das Experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-1985): Seropédica, RJ. 2018. 284 Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

TRÍAS, Ivonne. *Hugo Cores: pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.

TRISTÁN, Eduardo Rey. *A la vuelta de la esquina. La izquierda revolucionaria uruguaya. 1955-1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

WASSERMAN, Claudia. “A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira”. ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Volumen 18:2, 2006.

YAFFÉ, Jaime. “El proceso económico” In. CAETANO, Gerardo; MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; YAFFÉ, Jaime. *Uruguay: en busca del desarrollo entre el autoritarismo y la democracia. Tomo III (1930/2010)*. Montevideo: Ediciones Planeta, 2016.

Entrevistas

ANDRES, Augusto “Chacho”; ZAHN, Edelweiss. Augusto “Chacho” Andres; Edelweiss Zahn: depoimento [jun. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3.

MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [abr. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideu, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

Jornais Consultados

Ahora, Montevideo.

El Día, Montevideo.

El Diálogo, Montevideo.

Marcha, Montevideo.

Arquivos Consultados

Arquivo da Federação Anarquista Uruguiaia
Hemeroteca do Palácio Legislativo do Uruguai

